

Para Marcílio, Congresso deixa a desejar

Humberto Pradéra

São Paulo — A produção do Congresso Nacional durante o primeiro semestre deste ano deixou a desejar. A avaliação foi feita ontem pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, após participar do seminário "América Latina, um desafio". "A produção do Congresso foi um pouco frustrante", declarou. Segundo ele, há três projetos importantes que precisam ser votados o mais depressa possível, o da Lei da Propriedade Industrial, o de desregulamentação dos portos e o das concessões de serviços públicos. "Só depois disso é que os deputados deverão dirigir as atenções à reforma fiscal", disse Marcílio. "O Estado deve voltar às suas funções clássicas, mas para isso o Congresso precisa realizar essas votações".

O ministro disse ter recebido ontem, do IBGE, a informação de que o Produto Interno Bruto no primeiro trimestre deste ano cresceu 5,8% em relação a igual período do ano passado. "Esse dado deverá revelar no final do ano uma evolução entre 2% e 3%", disse. Segundo ele, o Presidente deu mostras, "depois de uma semana difícil", que pode manter a liderança política do País. Marcílio disse ainda que a Receita Federal está investigando a fundo as denúncias de sonegação envolvendo o empresário alagoano Paulo Cesar Farias. "Houve irresponsabilidades de algumas pessoas, mas o mercado e a sociedade reagiram favoravelmente", disse o ministro da Economia, durante almoço onde foi homenageado por 100 empresários.

Juro continua

O ministro reafirmou que não pretende fazer alterações na política de juros, embora aceite o pedido dos empresários em abrandamento da austeridade monetária, da mesma forma como analisa a possibilidade de relaxar o contingenciamento ao crédito. "Estamos vendo, mas os prazos e os setores ou produtos ainda serão discutidos". Ele acredita, além disso, que se os juros baixarem não significará incentivo imediato à produção.

Ele demonstrou preocupação quanto ao ligeiro crescimento da inflação, "mas isso não é alarmante. Os institutos já vislumbram queda para a próxima semana". "O senhor disse que houve um soluço com a taxa, isso não pode evoluir?", perguntou um repórter. "Se você quer saber, não irá virar uma tosse", brincou o ministro. Marcílio Marques Moreira explicou que os indicadores apontam para uma moderada recuperação da economia, mas que a inflação é alta demais ainda. "Mas se contarmos com a compreensão do Congresso e da sociedade isso pode reverter-se. O consumidor deve assumir seu papel na hora de comprar e os empresários contentar-se em ter lucros menores. O governo também deve cortar despesas e arrecadar melhor", receitou o ministro. Ele disse esperar que o Congresso vote as coisas mais emergenciais rapidamente.

Quanto ao fim da recessão, Marcílio considera que ela dura no País há 12 anos. "A renda per capita nesse período não evoluiu. Por isso a atual fase recessiva não pode ser atribuída à política monetária dos juros altos". A recessão, disse, é um subproduto indesejável, mas às vezes inevitável: "Mas começa a ser superada". Na sua avaliação, os juros só poderão baixar depois da reforma fiscal. "O tamanho do Estado não poderá ser mínimo nem máximo, mas ótimo".

Ele comentou também os objetivos do encontro programado para o final de junho com todas as câmaras setoriais, um encontro que deverá reunir 800 lideranças empresariais, de trabalhadores e governo. "Será uma troca de informações para coordenar as expectativas. Depois desse encontro, poderá haver um estudo por parte do governo para se chegar aos nichos que receberão investimentos e que podem oferecer respostas mais diretas. O objetivo é ampliar a produtividade e, aí sim, os preços baixarão".



Marcílio ainda crê que projetos emergenciais serão votados logo